

Mesmo sem valer, Câmara fica contra acordo com o FMI

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara decidiu ontem que os acordos do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) devem ser apreciados pelo Congresso Nacional, e sugeriu projeto de decreto legislativo rejeitando os acordos consubstanciados na carta de intenções e memorando técnico de entendimento, e nos adidos à carta. A medida vale antes como uma tomada de posição, pois não tem efeitos jurídicos precisos.

O PDS, que na reunião anterior havia se mobilizado para rejeitar a proposta do líder do PT, deputado Aírton Soares (SP), de manifestações do parlamento sobre os acordos, mudou sua orientação: ontem, diante da maioria oposicionista - o PMDB, PT, PDT e PTB, conseguiram a presença de todos os seus representantes - o partido do Governo resolveu aprovar o voto do líder do PMDB, deputado Freitas Nobre (SP), ao invés de tentar fazer prevalecer o voto do vice-líder do PDS, deputado Edison Lobão (MA), para quem as negociações entre o Brasil e o FMI não exigiam apreciação pelo Congresso.

Segundo Lobão, o fato de o PDS ter acompanhado as Oposições é de menor importância, pois o projeto de decreto legislativo terá que ser sub-

metido à comissão de Constituição e Justiça, que poderá julgá-lo inconstitucional.

Ainda que a Comissão e o plenário da câmara aprovem o projeto, sustentou Lobão, no Senado a indicação de Aírton Soares é rejeitada.

Deputados oposicionistas, entretanto, consideram a decisão de ontem uma vitória. Um vice-líder do PDS, que não quis ter seu nome revelado, justificou a posição do partido, afirmando que de nada adiantaria seus deputados votarem contra o líder do PMDB, já que as Oposições estavam em maioria.

Esse mesmo vice-líder disse que "a cada notícia sobre isso o Banco do Brasil sofre, enfrentando dificuldades na obtenção de créditos, sendo portanto melhor que a questão seja logo resolvida".

A interpretação de oposicionistas era a de que o PDS votou com Freitas Nobre para não ter uma derrota política na Comissão, e não se mostrar "rachado".

Isto porque, no início da reunião, o deputado José Machado (PDS-MG) fez uma intervenção, afirmando, sob aplausos, que embora pertencendo ao PDS, o assunto em discussão "já extrapolou as fronteiras partidárias, pois envolve a dignidade e a soberania nacionais".



Para o professor, a moratória teria efeitos piores